

BOBBIO E A DEMOCRACIA ITALIANA*BOBBIO AND ITALIAN DEMOCRACY*

Norberto BOBBIO (autor)¹
 Rafael Salatini de ALMEIDA²

A democracia é um dos temas mais recívidos e importantes do pensamento político do filósofo italiano Norberto Bobbio, em torno do qual publicou, entre outras, as seguintes obras: *Saggi sulla scienza politica in Italia* [Ensaio sobre a ciência política na Itália] (1969, ampliada em 1996), *Quale socialismo?* [Qual socialismo?] (1976), *Il futuro della democrazia* [O futuro da democracia] (1984, acrescida em 1991), *Liberalismo e democrazia* [Liberalismo e democracia] (1985), *Stato, governo e società* [Estado, governo, sociedade] (1985, com textos extraídos da Enciclopédia Einaudi), *Dall fascismo alla democrazia* [Do fascismo à democracia] (1997), etc.

A conferência “Qual socialismo?” (1959), publicada em obra, com prefácio de C. Lafer – republicado em *Norberto Bobbio: Trajetória e obra* (2013) – e excelente posfácio de M. Bussi, pela editora Loyola, em sua coleção “Leituras Filosóficas”, trata-se de texto interessante e pouco conhecido, porque até então inédito em português, de Bobbio sobre esse importantíssimo tema da democracia. Analisando a problemática democracia italiana do pós-guerra (tão problemática qual a democracia brasileira atual), Bobbio inicia analisando as discussões teóricas sobre a mesma existentes na tradição do *Partito D’Azione* [Partido da Ação] (da qual fora um ilustre militante), de Ferruccio Parri a Guido Dorso, desfazendo de imediato o recorrente mito do governo do povo: “A democracia como autogoverno do povo – escreve – é um mito que a história desmente continuamente” (p. 23). Recorrendo à teoria das elites (de Pareto a Mosca, mas também Wright Mills), Bobbio argumenta que o que distingue a democracia das autocracias não é o governo do povo, porque quem governa, em uma e outra, é antes uma elite política (ou, no máximo, algumas elites políticas); o que as distingue é “que todas as classes políticas – afirma (com base nas ideias de F. Burzio) – se autoconstituem, mas

¹ BOBBIO, Norberto. *Qual democracia?* Trad. Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2013. 72 p. (Col. Leituras Filosóficas) ISBN: 8515030713

² Professor no curso de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília. Coordenador do Grupo de Estudos PACTO - Paz, Cultura e Tolerância. Marília, São Paulo, Brasil. e-mail: rafaelsalatini@marilia.unesp.br

algumas, depois de se terem autoconstituído, se impõem [autocracias], outras, depois de se autoconstituírem, se propõem [democracias]” (p. 23).

Segundo argumenta o autor, sob o ponto de vista elitista, três aspectos distinguem as democracias das autocracias: 1) o princípio da legitimidade (princípio eletivo *versus* princípio hereditário), 2) o fundamento consensual (*concessio imperii* [concessão de autoridade] *versus translatio imperii* [transmissão de autoridade]), e 3) a mobilidade da classe política (alternância *versus* constância). Com base nesses três princípios o filósofo se pergunta se existiria uma democracia na Itália, respondendo: “Veremos que a nenhuma dessa três perguntas somos capazes de dar uma resposta totalmente tranquilizadora” (p. 26). Criticando os deletérios fenômenos da cooptação política, da burocracia e do centrismo político, Bobbio resume as limitações da democracia italiana. “Os vícios do regime democrático na Itália – escreve – [...] não são defeitos institucionais; e portanto não podem ser corrigidos com reformas institucionais; isto é, com aquelas reformas que se executam com procedimentos de caráter legislativo” (p. 29).

São os seguintes os remédios analisados por Bobbio para a democracia italiana: contra o centrismo político, a substituição do sistema eleitoral proporcional (que promove o pluripartidarismo) para o sistema de colégio uninominal [ou majoritário] (que promove o bipartidarismo) – da qual discorda: “O centrismo é a expressão de uma democracia enfermeira; mas não moribunda; a contraposição dos blocos incomunicáveis é para a democracia uma enfermidade mortal” (p. 30) –; contra a burocracia central, o descentramento regional [ou federalização] – com o que também discorda: “A eliminação do centrismo não significa a eliminação da burocracia como corpo politicamente irresponsável” (p. 31) –; e contra a cooptação política, a reforma partidária – contra o que Bobbio esclarece, criticando a natureza meramente ideológica dos partidos italianos: “E enquanto os partidos forem predominantemente ideológicos tenderão a transformar a livre adesão em obediência formal, a persuasão em sedução, a participação ativa em disciplina passiva, todos estes comportamentos deletérios para a vida democrática do país” (p. 33). Frente ao problema da grave ideologização da política italiana, Bobbio prega uma mudança na vida cultural italiana, superando a exaltação ideológica (tão estéril democraticamente quanto tendente ao autocratismo), presente em seu país desde o ensino fundamental (como também no Brasil).

Considera o filósofo: “A democracia é uma fadiga; mas justamente porque é uma fadiga devemos sentir-nos ainda mais empenhados em salvá-la” (p. 34). Lista, então, contra o desencorajamento democrático, algumas dificuldades que são intrínsecas à própria forma de governo democrática: a complexidade e a fragilidade da democracia, a tensa relação entre poder e liberdade, o problema da relação entre legitimidade democrática e eficiência política e, o maior de todos, descrito da seguinte forma: “Não é de hoje que o maior inimigo da democracia é a instabilidade do governo, que é coroada pelos vícios da fraqueza, da esterilidade, da imobilidade, da falta de audácia nas reformas,

do protelar para amanhã aquilo que se está seguro de não poder fazer hoje” (p. 37). Para Bobbio, a fórmula da estabilidade se encontra em algumas instituições tipicamente liberais, como a separação dos poderes e o bipartidarismo (a primeira conhecida na Itália; a segunda, desconhecida).

Por fim, Bobbio distingue a democracia enquanto “conjunto de instituições ou de técnicas de governo” (democracia como meio) da democracia enquanto “certo ideal a ser perseguido” (democracia como fim), ressaltando especialmente o ideal da igualdade, sobre o qual escreve: “Sou democrático porque creio, em primeiro lugar que a igualdade entre os homens seja uma ideal nobre [idealismo igualitário], em segundo lugar creio que uma diminuição das desigualdades sociais (e, dentro de certos limites, também as naturais) seja, por obra do homem, possível [realismo igualitário]” (p. 39). Sobre o princípio da igualdade, essência não apenas de uma concepção substantiva de democracia, mas igualmente de uma filosofia progressista da história, também inúmeros foram os escritos bobbianos, como *L'età dei diritti* [A idade dos direitos] (1989), *Destra e sinistra* [Direita e esquerda] (1994), *Eguaglianza e libertà* [Igualdade e liberdade] (1995), etc.

Democracia e igualdade, dois importantes conceitos da gramática política contemporânea, presentes de Rousseau a Tocqueville e de Marx a Stuart Mill, analisados incansavelmente por Bobbio, que, nesta conferência, lista as inúmeras dificuldades enfrentadas pela consolidação democrática num país de cultura política fortemente autocrática (entre o fascismo e o comunismo). Um importante texto para pensar também, por inspiração, a democracia brasileira, cuja consolidação não enfrenta uma cultura política com parâmetros tão diferentes (tendo em vista o igualmente forte autocratismo presente, da direita à esquerda, na cultura política brasileira).

